



Simulado de Legislação Penal Extravagante – Lei 10.826/03: Estatuto do Desarmamento
(FCC/TRT - 6ª Região (PE)/2018)

01) De acordo com a Lei nº 10.826/2003, é obrigatório o registro de armas de fogo no órgão competente. As armas de fogo de uso restrito devem ser registradas na Polícia Federal.

Comentário:

Lei 10.826/03. Art. 3º É **obrigatório** o registro de arma de fogo no **órgão competente**.

Parágrafo único. As armas de fogo de **uso restrito** serão registradas no **Comando do Exército**, na forma do regulamento desta Lei.

Gabarito: Errado.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

02) Analise a afirmativa abaixo com base na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá comprovar capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, sendo dispensada a apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.

Comentário:

Lei 10.826/03. Art. 4º Para adquirir arma de fogo de **uso permitido** o interessado deverá, **além de declarar a efetiva necessidade, atender** aos seguintes **requisitos**:

I - **comprovação de idoneidade**, com a apresentação de **certidões negativas de antecedentes criminais** fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de **não estar respondendo a inquérito policial** ou a **processo criminal**, que poderão ser fornecidas por **meios eletrônicos**; (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

II – **apresentação de documento comprobatório** de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de **capacidade técnica** e de **aptidão psicológica** para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

Gabarito: Errado.

(NUCEPE/PC-PI/2018)

03) É possível a comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas, desde que o comerciante fique de posse da nota fiscal, com nome completo e endereço do adquirente.

Comentário:

Lei 10.826/03. Art. 4º. § 5º A **comercialização** de armas de fogo, acessórios e munições **entre pessoas físicas somente** será efetivada mediante **autorização do Sinarm**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PF/2018)

04) Julgue o item que se segue, relativos a execução penal, desarmamento, abuso de autoridade e evasão de dívidas.

O registro de arma de fogo na PF, mesmo após prévia autorização do SINARM, não assegura ao seu proprietário o direito de portá-la.

Comentário:

Lei 10.826/03. Art. 5º O **certificado** de Registro de Arma de Fogo, com **validade em todo o território nacional**, autoriza o seu proprietário a **manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio**, ou **dependência desses**, ou, ainda, **no seu local de trabalho**, desde que seja ele o **titular** ou o **responsável legal** pelo **estabelecimento ou empresa**. (Redação dada pela Lei nº 10.884, de 2004)

§ 1º O certificado de registro de arma de fogo será **expedido pela Polícia Federal** e será precedido de **autorização do Sinarm**.

Gabarito: Correto.

(COPESE-UFPI/Prefeitura de Teresina - PI/2015)



05) A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, dentro do território brasileiro, é de competência das Secretarias de Segurança Pública dos Estados, respeitado o limite territorial de cada Unidade Federada.

Comentário:

Lei 10.826/03. Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de **uso permitido**, em **todo o território nacional**, é de competência da **Polícia Federal** e **somente** será concedida após **autorização do Sinarm**.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/PM-SP/2020)

06) Em relação ao previsto na Lei no 10.826/03, é correto afirmar que deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade é considerado crime mesmo que o menor não efetue nenhum disparo ou realize qualquer outra conduta perigosa com referido armamento.

Comentário:

Omissão de cautela

Lei 10.826/03. Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que **menor de 18 (dezoito) anos** ou **pessoa portadora de deficiência mental** se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – **detenção**, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. **Nas mesmas penas** incorrem o **proprietário** ou **diretor** responsável de **empresa de segurança** e **transporte de valores** que **deixarem de registrar** ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas **primeiras 24 (vinte quatro) horas** depois de ocorrido o fato.

Consiste em um **crime culposo omissivo**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/ABIN/2018)

07) Ainda conforme o disposto no Estatuto do Desarmamento, julgue o próximo item.

O mero disparo de arma de fogo nas adjacências de lugar habitado é crime punido com reclusão, estando seu autor sujeito a um aumento de pena se for integrante dos órgãos elencados na lei.

Comentário:

Disparo de arma de fogo

Lei 10.826/03. Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em **lugar habitado** ou em suas **adjacências**, em via **pública** ou **em direção a ela**, **desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime**:

Pena – **reclusão**, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é **inafiançável**. (Vide Adin 3.112-1 – **É inconstitucional**)

Majoração de Pena

Nos crimes de Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, Disparo de arma de fogo, Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, Comércio ilegal de arma de fogo e Tráfico internacional de arma de fogo a pena é **umentada da metade** se:

I - forem praticados por **integrante dos órgãos e empresas** referidas nos **arts. 6º, 7º e 8º** desta Lei; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

II - o agente for **reincidente específico** em crimes dessa natureza. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Nos crimes previstos nos **Comércio Ilegal de Arma de Fogo** e **Tráfico internacional de arma de fogo**, a pena é **umentada da metade** se a arma de fogo, acessório ou munição forem de **uso proibido ou restrito**.

Gabarito: Correto.

(Q2/Q2/2020)

08) Conforme as alterações implantadas pela Lei 13.964/19 aos Crimes do Estatuto do Desarmamento, responda o item abaixo:



Incorre no delito de Tráfico internacional de arma de fogo quem entrega munição, em operação de importação, sem autorização da autoridade competente, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.

Comentário:

Tráfico internacional de arma de fogo	
Antes do Pacote Anticrime	Após Pacote Anticrime
Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional , a qualquer título , de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente: Pena – reclusão , de 4 (quatro) a 8 (oito) anos , e multa	Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional , a qualquer título , de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente: Pena - reclusão , de 8 (oito) a 16 (dezesesseis) anos , e multa.
Não Existia!	Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, em operação de importação , sem autorização da autoridade competente, a agente policial disfarçado , quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)
Com as alterações da Lei 13.964/19, o delito de Tráfico internacional de arma de fogo teve suas penas elevadas . Além disso, o Pacote anticrime adicionou um novo parágrafo apresentado condutas equiparadas ao delito.	

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-MA/2018)

09) De acordo com o entendimento da doutrina e dos tribunais superiores sobre o Estatuto do Desarmamento, a arma de fogo desmuniçada afasta as figuras criminosas da posse ou do porte ilegal, considerando-se que o objeto jurídico tutelado é a incolumidade física.

Comentário:

STJ/REsp 1624015/RS

O simples fato de possuir arma de fogo, mesmo que desacompanhada de munição, caracteriza o delito previsto no art. 12 da Lei n. 10.826/2003, por se tratar de **crime de perigo abstrato**. Nesse contexto, é irrelevante aferir a eficácia da arma de fogo para a configuração do tipo penal, que é **misto-alternativo**, em que se consubstanciam, justamente, as condutas que o legislador entendeu por bem prevenir, **podendo até mesmo ser o simples porte de munição ou o porte de arma desmuniçada**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-SE/2018)

10) Julgue o item seguinte, referente a crimes de trânsito e a posse e porte de armas de fogo, de acordo com a jurisprudência e legislação pertinentes.

Situação hipotética: Um policial militar reformado foi preso em flagrante delito por portar arma de fogo de uso permitido, sem autorização legal e sem o devido registro do armamento.

Assertiva: Nessa situação, a autoridade policial não poderá conceder fiança, porquanto o Estatuto do Desarmamento prevê que o fato de a arma não estar registrada no nome do agente torna inafiançável o delito.

Comentário:

STF/ADI 3.112

Para o STF os crimes de **Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido** e **Disparo de arma de fogo não são considerados inafiançáveis**.

Para o STF os crimes de **Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito**, **Comércio ilegal de arma de fogo** e **Tráfico internacional de arma de fogo não são insuscetíveis de liberdade provisória**.

Gabarito: Errado.